

IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE ITUIUTABA

MARIA AURELIANA SEVERO DA SILVA¹
SAULOÉBER TÁRSIO DE SOUZA²

RESUMO: A motivação principal para a realização da presente pesquisa foi buscar conhecer a história da educação superior em seus aspectos regionais, tendo como objetivo compreender o processo de criação e implantação da EAEI na cidade de Ituiutaba-MG, abrangendo os anos entre 1968 e 1983 – período que coincide com mudanças econômico-educativo-culturais do povo tijucano. Nesse sentido as questões sobre o porquê resgatar fatos de uma instituição privada e a importância de conhecer e apontar os responsáveis pela implantação do ensino superior nessa cidade leva à reflexão para entender os fenômenos e comportamentos atuais em relação ao tema abordado. O presente artigo foi construído por meio de revisão bibliográfica que demonstra a trajetória do ensino superior no Brasil e pela análise documental para traçar o histórico do ensino superior regional e a influência que este teve na região do Pontal do Triângulo Mineiro.

Palavras chave: Ensino Superior. História da Educação. Desenvolvimento Regional. EAEI.

IMPLANTATION OF THE SCHOOL OF BUSINESS ADMINISTRATION OF ITUIUTABA

ABSTRACT: The main motivation for the present research was to know the history of higher education in its regional aspects, aiming to understand the process of creation and implementation of EAEI in the city of Ituiutaba-MG, covering the years 1968 and 1983 - a period that coincides with economic and educational-cultural changes of the tijucano people. In this sense the questions about why rescue facts of a private institution and the importance of knowing and point out those responsible for the implementation of higher education in Ituiutaba takes reflection to understand the phenomena and current behaviors regarding the discussed topic. This article was built through literature review that shows the trajectory of higher education in Brazil and the document analysis to trace the history of regional higher education and the influence that it had in the Pontal do Triângulo Mineiro region.

Keywords: Higher education. History of education. Regional development. EAEI.

1 Pedagoga. Professora da Rede Municipal de Ituiutaba-MG. E-mail: aureliana1212@hotmail.com.

2 Doutor em Educação. Professor Associado da UFU.

IMPLANTACIÓN DE LA ESCUELA DE ADMINISTRACIÓN DE EMPRESAS DE ITUIUTABA

RESUMEN: La principal motivación para la realización de esta investigación fue conocer la historia de la educación superior en sus aspectos regionales, con el objetivo de comprender el proceso de creación e implementación de EAEI en la ciudad de Ituiutaba-MG, que cubre los años 1968 y 1983 - un período que coincide con los cambios económicos y educativo-culturales de la gente tijuana. En este sentido, las preguntas acerca de por qué los hechos de rescate de una institución privada y la importancia de conocer y señalar a los responsables de la implementación de la educación superior en Ituiutaba lleva a la reflexión para entender los fenómenos y comportamientos actuales en relación con el tema tratado. Este artículo se construye a través de revisión de la literatura que muestra la trayectoria de la educación superior en Brasil y el análisis de documentos para trazar la historia de la educación superior regional y la influencia que tuvo en la región de Pontal do Triângulo Mineiro.

Palabras clave: Educación superior. Historia de la educación. Desarrollo regional. EAEI.

Introdução

A valorização da cultura de determinado povo perpassa a reflexão sobre os processos histórico-educativos vivenciados anteriormente, proporcionando uma compreensão dos fenômenos e comportamentos atuais. As heranças culturais são o resultado das experiências geradas no passado. Assim, estudar os processos educativos ao longo do tempo revela as características de cada geração, pois o homem está em processo contínuo de mudança.

O presente trabalho tem por objetivo compreender o processo de criação e implantação do ensino superior na cidade de Ituiutaba-MG, abrangendo o período entre 1968 a 1983 – momento este que coincide com significativas mudanças no cenário econômico, educativo e cultural do povo tijuano. Para tanto, foi utilizado como elemento principal de estudo a Escola de Administração de Empresas de Ituiutaba (EAEI), hoje denominada Faculdade Triângulo Mineiro (FTM). O recorte temporal proposto se dá em decorrência da implantação do Curso de Ciências Contábeis na EAEI, momento no qual a Escola de Administração passa a ser denominada Escola Superior de Ciências Administrativas de Ituiutaba (ESCAI).

Ao buscar no presente a história da implantação do ensino superior na região, lembramos de Le Goff (1990, p. 51) que afirmou: “Toda a história é bem contemporânea, na medida em que o passado é apreendido no presente e responde, portanto, aos seus interesses, o que não é só inevitável, como legítimo”. Acredita-se que o presente estudo tenha sua relevância pela valorização da memória educacional do município de Ituiutaba e por promover a reflexão sobre a histórica da Escola de Administração de Empresas de Ituiutaba (EAEI). Também justificamos este trabalho pelo fato de que, ao

procurar compreender e evidenciar o meio pelo qual uma instituição de ensino surgiu, integrando esse processo ao sistema educativo de uma comunidade local, ele seja capaz de conceder o sentido histórico que está presente nessa trajetória (GATTI JÚNIOR; INÁCIO FILHO, 2005).

Nesse sentido, surgem as seguintes indagações: Por que estudar parte dos fatos dessa instituição de ensino superior privada? Qual a importância de se registrar a história de seus atores, sua arquitetura, o primeiro curso implantado, os materiais didáticos utilizados, os procedimentos pedagógicos adotados? A resposta dessas questões nos conduz à compreensão da relevância da criação e implantação da educação superior regional.

Para o desenvolvimento do artigo foram realizadas a pesquisa bibliográfica e a análise documental, por meio de consulta em documentos oficiais da Escola de Administração de Empresas de Ituiutaba (EAEI) tais como atas, fotografias, regimento e artigos de jornais que circularam no período aqui investigado, além de outras fontes como relatos informais de pessoas que vivenciaram esse momento histórico. Pelo pioneirismo de suas ações, investigar a história da EAEI é imprescindível para que as gerações futuras conheçam a trajetória dessa instituição de Ensino Superior que contribuiu para a formação de muitos jovens da região do Pontal do Triângulo Mineiro.

O fio condutor da pesquisa foi a abordagem qualitativa, uma vez que “procura estudar os fenômenos educacionais e seus atores dentro do contexto social e histórico em que acontecem e vivem, procurando o cotidiano como campo de expressão humana”, como evidenciado por Cunha (1980, p. 101). Nesse prisma entende-se que muito mais significativas são a compreensão e a reflexão acerca dos dados obtidos do que a mera constatação e quantificação dos mesmos.

Em síntese, o texto do presente estudo se organiza em duas seções: a primeira consiste em um breve estudo sobre o panorama da Educação Superior no Brasil, abordando os marcos históricos no que tange ao cenário brasileiro sobre este nível de ensino sob a luz dos holofotes de autores como Oliven (2002), Cunha (1980), Veiga (2007), Romanelli (1976), entre outros autores que discorrem sobre o tema mencionado, norteando assim o desenvolvimento teórico do trabalho. A segunda seção, por sua vez, reportará sobre a gênese da EAEI, tratando dos elementos essenciais para se compreender sua história, caracterizando o objeto de estudo. Por fim, teceremos algumas considerações acerca da temática aqui explicitada, a qual consistirá em um momento de reflexão sobre a instalação do primeiro curso superior na cidade de Ituiutaba-MG.

Marcos Históricos sobre o Ensino Superior no Cenário Brasileiro: Breve Estudo

A educação superior no Brasil emergiu no século XIX com a chegada da família real portuguesa ao Brasil em 1808. Com a transferência da sede do Império para o Brasil foram criados diversos cursos tendo em vista as necessidades da corte. Aranha (1989, p. 191) elenca, a seguir, as primeiras escolas de ensino superior instaladas no país: Academia Real da Marinha (1808) e Academia Real Militar (1810), Curso Médico Cirúrgico (1808), diversos cursos avulsos de Economia, Química e Agricultura, bem como os Cursos Jurídicos (1827).

Segundo Azevedo citado por Aranha (1989, p. 191) “[...] a educação teria de arrastar-se, através de todo século XIX, inorganizada, anárquica, incessantemente desagregada. Entre o ensino primário e o secundário não há pontes ou articulações: são dois mundos que se orientam cada um na sua direção”. Com a independência política em 1822 não houve mudança no formato do sistema de ensino, nem sua ampliação ou diversificação. A elite detentora do poder não vislumbrava vantagens na criação de universidades (MARTINS, 2002).

O Brasil foi um dos últimos países da América Latina a criar instituições de ensino superior, o que somente ocorreu, excetuando-se os seminários teológicos, após a vinda da família real. Teixeira (1998, p. 244) destaca que “o Brasil constitui uma exceção na América Latina: enquanto a Espanha espalhou universidades pelas suas colônias – eram 27 ao tempo da independência – Portugal, fora dos colégios reais dos jesuítas, nos deixou limitados as Universidades da Metrópole: Coimbra e Évora”.

Com a vinda da família real para o Brasil, entre as medidas imediatas para o desenvolvimento da colônia, que se torna Reino Unido de Portugal e Algarves, D. João VI criou a Faculdade de Medicina da Bahia, em fevereiro de 1808, durante sua rápida passagem pela região (COELHO; VASCONCELOS, 2009). O projeto educacional de cursos superiores isolados esteve a serviço dos interesses das elites, e se organizava com o objetivo principal de transmitir a cultura elitista, constituindo-se, assim, numa forma de alienação cultural, afastado que estava das questões decisivas do contexto nacional. O ensino superior possuía um papel alienador nesse período: “E nisso tudo o Brasil era esquecido” (TEIXEIRA, 1998, p. 93).

No final da permanência da Família Real no Brasil, em 1822, existiam aqui sete cursos de educação superior, que hoje pertencem à Universidade Federal da Bahia e à Universidade Federal do Rio de Janeiro. Diante desse quadro, Portugal, por meio da Universidade de Coimbra, exerceu até o

fim do Primeiro Reinado uma grande influência na formação de nossas elites culturais e políticas (COELHO; VASCONCELOS, 2009).

A criação de universidades no Brasil revela considerável resistência tanto por parte de Portugal, como reflexo de sua política de colonização, como por parte de alguns brasileiros que não viam justificativa para a criação de uma instituição desse gênero no país, considerando muito mais adequado que as elites da época procurassem a Europa para fazer seus estudos superiores (MOACYR, 1937, II, p. 580 apud FÁVERO, 1977). Comparado a seus vizinhos coloniais, o Brasil trilhou com muito atraso o caminho de sua formação cultural.

Dessa forma, no Brasil, ainda era precária a ideia de criação de universidade, uma vez que foi negada durante todo o período colonial. O Estado não estimulava o ensino superior, pois, “o aumento do número de diplomados, poderia produzir, pela diminuição da raridade, a perda do valor intrínseco do diploma, em termos de poder, prestígio e remuneração” (CUNHA, 1980, p. 85).

Para os liberais, a criação de uma universidade teria a função de formar “uma elite preparada e competente, capaz, não de traduzir as aspirações populares, mas de desenvolvê-las e incentivá-las” (BARROS, 1980 apud CUNHA, 1986, p. 87). Dessa forma, até a Proclamação da República, em 1889, o ensino superior se desenvolveu muito lentamente, seguia o modelo de formação dos profissionais liberais em faculdades isoladas e visava assegurar um diploma profissional com direito a ocupar postos privilegiados em um mercado de trabalho restrito, além de garantir prestígio social. Ressalte-se que o caráter não universitário do ensino não constituía demérito para a formação superior, uma vez que o nível dos docentes devia se equiparar ao da Universidade de Coimbra, e os cursos eram de longa duração (MATTOS, 1983).

Foi somente na década de 1930 que as universidades foram criadas no Brasil, a partir das reformas de Francisco Campos, que buscavam maior autonomia didática e administrativa, além de enfatizar a pesquisa, a difusão da cultura e as parcerias com a comunidade. Assim, a “Universidade de São Paulo (USP), implementada pelo governo de São Paulo, em 1934, tornou-se a primeira universidade com o novo tipo de organização de acordo com o decreto federal” (ARANHA, 1989, p. 306).

Mesmo assim, até 1950, o ensino superior no Brasil continuou restrito às grandes cidades. Quando cidades de porte médio passaram a experimentar crescimento econômico, como Uberlândia e Uberaba, no Triângulo Mineiro, também houve demanda, por meio de sua elite política, econômica e intelectual, para implantação de faculdades como mais um passo ao progresso.

Ao longo dos anos de 1960, a demanda por educação aumentou em decorrência da acelerada urbanização, e o sistema educacional entrou em crise, especialmente a educação superior, que vivia a pressão dos movimentos estudantis. O seu aprofundamento favoreceu o surgimento dos acordos conhecidos como MEC-USAID, que definiam importantes tomadas de decisões no setor educacional, no contexto da Ditadura Militar, iniciada em 1964. Indicava-se, na teoria, a valorização da educação escolar pública, porém, na prática, o que pôde ser verificado foi uma gradativa privatização do ensino (SOARES, 2002).

A pressão pelo aumento de vagas se tornava cada vez mais forte e, logo após 1968, ocorreu uma expansão do setor privado, que criou inúmeras faculdades isoladas, nas regiões onde havia maior demanda, ou seja, na periferia das grandes metrópoles e nas cidades de porte médio do interior dos estados mais desenvolvidos. Essa expansão do sistema ocorreu com a aquiescência do governo (OLIVEN, 2002).

Nesse período, existiam fortes críticas aos índices de analfabetismo e a não obrigatoriedade e gratuidade do ensino elementar de maneira universalizada, que deveriam ser garantidos pelo governo. Cabe ressaltar que com todas as denúncias feitas por educadores e opositores ao regime, no decorrer dos anos de 1960, não houve grandes alterações no sistema educacional, que continuou excludente, prevalecendo o mau atendimento ao ensino público em todos os seus níveis, o que contribuiu para a crescente desigualdade social (SOARES, 2002).

A política educacional planejada a partir de 1964 tinha como prioridade a formação superior e média voltada apenas para a constituição de quadros que ocupariam a burocracia estatal. Dentro desse quadro de controle ideológico da educação escolar, expressava-se a ideia da tecnocracia – que era uma alternativa do governo na qual a ciência (expressa em técnicas) seria controladora de todas as decisões.

A partir da década de 1970, começou a discussão das gritantes diferenças sociais, a grande contradição discutida nesse momento seria: como o Brasil se tornaria um dos países mais ricos do planeta e ao mesmo tempo seria um recordista em concentração de renda, o que provocaria efeitos sociais lastimáveis. Os indicadores sociais brasileiros se apresentariam defasados até mesmo se comparados aos de outros países subdesenvolvidos (SOARES, 2002). Os protestos sociais se multiplicariam contra o regime, as insatisfações com o sistema prevaleciam junto aos estudantes, por isto, mobilizavam setores da sociedade civil contra o regime militar.

Os estudantes buscavam aglutinar setores da sociedade civil contra elites e governo militar.

O lema da classe dominante era “reformatar para desmobilizar”, preparando o jovem para o desenvolvimento do país, o que contrariava as reivindicações dos estudantes. Assim, as reformas que surgiram tinham cunho ideológico, para desestruturar os estudantes, não era entendido como positivas. Como segurança nacional foi feita a “integração” como estratégia que não resultou na efetivação do que reivindicavam aqueles que estavam insatisfeitos e injustiçados (VEIGA, 2007).

Assim, a política educacional da ditadura também passou a adotar como orientação teórica o tecnicismo. Um exemplo disso foi que, até o início dos anos 1970, a categoria “técnicos de educação” tinha caráter genérico, pois os cursos eram técnicos ou especialistas em educação e, com o parecer nº 252 de 1969, o curso seria reformulado pelos militares. Pela pedagogia tecnicista, por meio do Estado, garantia-se a eficiência e a produtividade do processo educativo, por meio da racionalização que envolvia o processo sob o controle dos técnicos habilitados, passando os professores ao plano secundário, tornando-se meros executores de planos elaborados pelos técnicos, considerados superiores na hierarquia escolar e subordinando-se à organização “racional” dos meios (SANTOS; SILVEIRA, 2000).

Por longos anos a reforma universitária era restrita e discutida apenas nos gabinetes da burocracia estatal, tendo início em 1968, pela homologação da lei da Reforma Universitária, Lei nº 5540/68, que criava os departamentos, o sistema de créditos, o vestibular classificatório, os cursos de curta duração, o ciclo básico, a pós-graduação, dentre outras inovações. A partir daí os departamentos substituíram as antigas cátedras, passando as respectivas chefias a ter caráter rotativo. Desse modo, o exame vestibular deixou de ser eliminatório, assumindo assim uma posição classificatória (ROMANELLI, 1976).

Essa lei estabeleceu ainda a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, o regime de tempo integral e a dedicação exclusiva dos professores, valorizando sua titulação e a produção científica. A Lei nº 5.540/68 se dirigia às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). No entanto, grande parte das instituições privadas dependia do subsídio governamental, neste sentido seu alcance ultrapassou as esferas do sistema público federal, beneficiando também as instituições do setor privado, que procuraram se adaptar a determinadas orientações (ROMANELLI, 1976).

Em 1981, o Brasil contava com 65 universidades, sete delas com mais de 20.000 alunos. Nesse mesmo ano, o número de estabelecimentos isolados de ensino superior excedia a oitocentos (como a EAEI), duzentos e cinquenta dos quais com menos de 300 alunos (OLIVEN, 2002).

A fase de 1990 representou um marco na educação superior não só de expansão quantita-

tiva, mas de (re) significação da educação para a sociedade, tendo em vista maior ingresso, maior número de vagas e também de concluintes (PAIXÃO, 2010). Nesse contexto, a seguir discorreremos sobre a trajetória da Escola de Administração de Empresas de Ituiutaba (EAEI), a qual fez parte da história da educação brasileira.

A Trajetória da Escola de Administração de Empresas de Ituiutaba (EAEI)

Ao enfocarmos a educação brasileira a partir dos anos de 1960, é relevante destacar o ano de 1964, por se tratar de um período de instalação do regime político caracterizado pelo autoritarismo do governo militar que tomou o poder. Os cursos técnicos focados para o mercado de trabalho ganharam espaço no Ensino Superior, até mesmo em cidades distantes dos grandes centros de poder e indústria, como no Pontal Mineiro. De acordo com a reportagem do Jornal Cidade de Ituiutaba, do dia 12/01/1969, a cidade de Ituiutaba teria concretizado um sonho, o da implantação de cursos superiores: “o ano de 1969 será para Ituiutaba, o ano de grandes realizações no âmbito de instrução de nível superior, pois a instalação de três escolas está programada para esse período” (JORNAL DE ITUIUTABA, 1969).

A partir de 1970, instalou-se o ensino superior em Ituiutaba, com cursos que não demandavam grandes investimentos iniciais, como o de Administração, por exemplo, momento em que o município já se encontrava urbanizado, sendo polo regional do Pontal Mineiro. A primeira tentativa pela implantação do Ensino Superior em Ituiutaba surgiu em 1965, pelo candidato que almejava o cargo de prefeito da cidade, o Dr. Álvaro Otávio Macedo de Andrade, mas não obteve êxito. Em 1966, dois fiscais do Estado de Minas Gerais deliberaram ações para instalar uma faculdade na cidade. Realizou-se assim processo seletivo para os interessados em cursar as aulas na faculdade de Ituiutaba, no entanto, a faculdade não pôde funcionar, pois não havia autorização para tal finalidade.

Estudos realizados pela Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Ituiutaba (ACIAPI) notificaram a grande demanda pelo Ensino Superior em Ituiutaba. O Senhor Nivaldo Inácio Moreira, diretor da ACIAPI, reuniu-se com os demais membros da congregação para tecerem estratégias e metas para a efetivação da implantação dessa Instituição de nível superior, em cidade do interior mineiro. Iniciava-se uma trajetória de muito trabalho político e técnico para a conquista do nível de Ensino Superior na cidade de Ituiutaba.

Foi realizada uma Assembleia Extraordinária no dia 27/09/1968, convocada pelo Sr. Nivaldo, presidente da ACIAPI, hoje denominada Associação Comercial e Industrial de Ituiutaba (ACII), com o

objetivo de discutir e tecer metas para a implantação do curso de Administração em Ituiutaba. Teria como objetivo maior atender à demanda de alunos que não tinham possibilidade de cursar o Ensino Superior nos grandes centros urbanos. Nesse sentido foi formada a comissão de ensino, que a partir daquele momento passaria a resolver questões envoltas sobre a implantação do referido curso.

Foram designados também Pedro Neto Rodrigues Chaves, economista, empresário e professor da Faculdade de Ciências Econômicas de Uberlândia, como o primeiro Diretor desta Instituição, que ao assumir o cargo solicitou autonomia administrativa, financeira e educacional. Assim, deu início aos trâmites legais para a legalização e implantação da Faculdade Isolada. Pedro Neto, em contato com Juarez Altafim, diretor da Faculdade de Uberlândia, tomou conhecimento dos estatutos que regiam a Educação Superior no país e, a partir daí, montou aquele que seria o primeiro regimento da instituição para apresentar ao Conselho Federal de Educação (CFE - ATA DA ACII, 1968).

Em nota de esclarecimento ao Jornal “Cidade de Ituiutaba”, referente à instalação da Faculdade, o Diretor Pedro Neto afirmou:

Foi dada entrada da documentação no Conselho Federal de Educação, órgão do Ministério da Educação e Cultura protocolada sob o nº 1587, constando de seis volumes. A ideia de instalação da Escola de Administração de Empresas de Ituiutaba foi bem aceita e teve grande acolhida nos altos escalões da República, destacando-se o apoio irrestrito e incondicional do Ministro Rondon Pacheco (JORNAL CIDADE DE ITUIUTABA, 1969).

Em entrevista mantida pelo Diretor da Escola de Administração, Pedro Neto informava que “a Escola de Administração de Empresas de Ituiutaba seria mantida pela Associação Comercial, por meio de dotações e anuidades. O ensino seria noturno e remunerado pelos alunos em condições módicas e acessíveis a qualquer bolsa” (JORNAL CIDADE DE ITUIUTABA, 1969).

A Ata da Assembleia Geral que se refere à criação da instituição demonstra a preocupação em relação ao ensino que seria ministrado aos alunos, observa-se o quanto a ACII visava conceder aos alunos um conhecimento amplo e integrado. A instituição teve grande apoio de Rondon Pacheco, ministro que representava o Triângulo Mineiro no regime ditador, pois contemplava os objetivos do então governo militar: aperfeiçoar técnicos voltados para o sistema capitalista.

O Vice-Diretor da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, mantida pela Fundação Getúlio Vargas, manifestou solidariedade à ACII para com os trabalhos de criação da EAEI, inclusive fornecendo professores assistentes do curso de professores mantido pela referida escola para auxiliar em tudo o que fosse necessário para a fundação da EAEI. Assim, vários parceiros foram indispensáveis

para a EAEI como a Universidade Federal de Uberlândia, a Faculdade do Rio de Janeiro, profissionais de Belo Horizonte, profissionais da cidade local, entre outros parceiros que contribuíram direta ou indiretamente para com a imediata instalação da EAEI na cidade.

Quanto à receita da instituição, esta resultava de contribuições de alunos e da confecção e elaboração de documentos fornecidos aos alunos, além de um contribuinte que colaborava com uma quantia considerável - Cr\$ 1.200,00, valor maior do que toda contribuição dos alunos para o Diretório Acadêmico (DANIM). Esse valor corresponderia ao que seria pago ao aluguel de salas no Instituto Mardem.

Quanto às despesas, a faculdade contaria com apenas quatro funcionários em seu início, sendo o diretor, a secretária, a tesoureira e a bibliotecária. No entanto, com o passar dos anos podemos destacar a presença de uma auxiliar de secretaria, uma auxiliar de tesouraria e uma auxiliar de biblioteca. As outras funções eram por contratos como a dos professores que recebiam por hora, além do serviço terceirizado da contabilista. Em seu início foi investida uma boa parte da receita para equipar a biblioteca. Como em toda instituição privada de ensino, qualquer declaração, certidão e provas substitutivas eram pagas.

A EAEI iniciou seus trabalhos em salas cedidas pelo Instituto Marden, a quem não pagava aluguel. O valor de Cr\$1.200,00, que corresponderia ao valor mensal do aluguel, poderia ser investido nas necessidades da faculdade. A biblioteca da EAEI reunia um acervo especializado e se localizava na Avenida 11 c/ ruas 20 e 22, portanto se tratava de um anexo há alguns quarteirões de onde os alunos assistiam a suas aulas.

Assim, com essa estrutura inicial, em 30 de março de 1970, o curso foi autorizado por meio do Decreto nº 66.398, emitido pelo então Presidente da República Emílio Garrastazu Médici. Dessa forma, a Escola de Administração, que até então era apenas um projeto tanto para o povo tijucano como também para seus idealizadores, tornou-se realidade. A instituição tinha como sua mantenedora a Associação Comercial e Industrial de Ituiutaba, responsável pelo seu custeamento e obtenção dos recursos necessários para o mantimento do seu funcionamento. Esse estabelecimento de Ensino Superior isolado passaria a cobrar taxas módicas, pois não possuía o intento de obter lucro, podendo contar também com recursos representados por contribuições do Comércio e Indústria, além de oriundos dos poderes públicos, principalmente o municipal, além das doações da comunidade ituiutabana e região (ATA DA EAEI, 1968).

A escola deveria ser regida por meio do Conselho Federal de Educação (CFE), pelo seu Regimento Interno e pelo Estatuto da ACII. Nesse sentido, de acordo com as exigências do CFE, o curso de Administração deveria possuir a duração mínima de 2.700 horas aulas. Deveria conferir aos seus alunos concluintes do curso o grau de Bacharel em Administração de Empresas e os seus respectivos diplomas deveriam ser devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação e Cultura.

A Escola de Administração de Empresa de Ituiutaba contaria ainda com total autonomia administrativa, financeira e didático-pedagógica, não havendo distribuição de lucros, pois os mesmos seriam revertidos em investimento para o curso, mesmo tendo como mantenedora a ACII e com o objetivo de atender aos interesses comerciais e industriais da época. Durante todo esse contexto, as instituições de Ensino Superior eram conduzidas estruturalmente em forma de departamentos. Nesse sentido, a instituição passaria a ter três departamentos, que se denominavam: Departamento de Ciências da Administração; Departamento de Ciências da Contabilidade e Departamento de Ciências, os mesmos eram responsáveis pelos programas e ações direcionados à organização das disciplinas do curso.

O primeiro diretor da instituição, Pedro Netto, prestava contas sobre a EAEI também por meio do Jornal Cidade de Ituiutaba (1970, p. 5).

A Escola pioneira do Ensino Superior na região está autorizada a funcionar pelo parecer do CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, N° 158/70. Informa ainda que haverá cursinho preparatório para os alunos que se interessarem [...] a cada dia cresce ainda mais a procura de inscrições para o cursinho, o mesmo funcionará em salas de aulas cedidas gratuitamente pela escola Instituto "Marden", contará ainda com excelente quadro de professores.

Prontamente, no dia 16/02/1970, se reuniram junto com o Diretor da Instituição Pedro Netto Rodrigues Chaves, o senhor Presidente da Associação Hélio Ribeiro e outras autoridades da Escola e da Entidade Mantenedora para empossarem em suas respectivas cadeiras os professores para o primeiro e segundo períodos, conforme Parecer 158/70 CFE.

Até então, a vida escolar de Ituiutaba se restringia apenas a escolas de 1º e 2º graus e em algumas escolas técnicas. No entanto, a partir do dia 03/04/1970 iniciaram-se as atividades escolares da EAEI, com 106 alunos matriculados, como já citamos anteriormente, no Instituto Marden, que se localizava na Rua 20, nº 850. No decorrer do mesmo mês foi fundado o Diretório Acadêmico da Instituição. A fundação do Diretório Acadêmico era mais uma prescrição do MEC, conforme o relato de Cunha (1986, p. 299).

O corpo discente de cada instituto de Ensino Superior, incorporado ou não em Universidade, deveria (o corpo docente poderia) organizar diretórios de estudantes, composto, cada qual, de nove membros, no mínimo. Seu objetivo seria o de “criar e desenvolver o espírito de classe, defender os interesses gerais dos estudantes e tornar agradável e educativo o convívio entre os membros do corpo discente”.

Conforme a reportagem do Jornal “Cidade de Ituiutaba”, de 12/04/1970, com a eleição o diretório levaria o nome de seu patrono Nivaldo Inácio Moreira (DANIM). Essa escolha se deu como uma forma de homenageá-lo pela iniciativa e dedicação no que tangia à implantação do Ensino Superior em Ituiutaba. O primeiro Estatuto do DANIM foi elaborado no dia 16/07/1970.

Com a autorização para o funcionamento da EAEI, podemos afirmar que a preocupação da diretoria da escola e dos demais membros da ACII girava agora em torno de garantir o prédio próprio da EAEI e o seu reconhecimento junto ao órgão competente, ou seja, ao MEC. Ainda em 1970, no 05/03, na sala de eventos da Escola de Administração de Empresas de Ituiutaba, foram declarados empossados pelo diretor da instituição os seguintes professores assistentes, para o primeiro e segundo períodos: Prof. David Cury Hanna - Teoria Geral de Administração e o Prof. Rafael Eugênio de Azeredo Coutinho - Contabilidade Geral.

Como fruto do trabalho desenvolvido pela EAEI, juntamente com o DANIM, no dia 24/04/1971 a Prefeitura de Ituiutaba os reconheceu como órgãos de Utilidade Pública, por meio da Lei Municipal de nº 1.407, assinada pelo prefeito da época Dr. Álvaro Otávio Macedo de Andrade e convertida em lei estadual nº 5962 de 14/05/1971, pelo governador Rondon Pacheco. Assim sendo, a escola e o seu Diretório Acadêmico estariam aptos a receber subvenção do poder público.

Em 1971, no dia primeiro de março, com a presença do diretor da Instituição Dr. Pedro Netto e demais autoridades da Escola de Administração e Entidade Mantenedora, Associação Comercial, juntamente com os professores que compunham o quadro da congregação perante a Diretoria do Ensino Superior do Ministério de Educação e Cultura, foram declarados empossados em suas respectivas cadeiras, conforme parecer 297/71 do Conselho Federal de Educação, os seguintes professores assistentes: Professora Vânia Aparecida Alves Moraes Jacob - Sociologia Aplicada à Administração; Prof.^a Terezinha Samora Ribeiro - Psicologia Aplicada à Administração; Prof. Pedro Netto Rodrigues Chaves - Planejamento Empresarial; Prof. Zigomar F. Franco - Direito Administrativo ou Administração de Produção; Prof. Rubens Jorge – Administração de Material; Prof. Lázaro Rodrigues Chaves - Contabilidade

de Custos e Prof. Oscar Mendes Lima Júnior - Direito Tributário.

No Instituto Marden, a escola funcionou por dois anos e meio, mais tarde, conforme Lei Nº 1389, de 24 de fevereiro de 1971, recebeu como doação da prefeitura uma área destinada à criação do “Campus Universitário” de Ituiutaba, sendo uma conquista para a instituição e seus alunos, o que consolidaria o Ensino Superior na cidade de Ituiutaba-MG. Na sequência segue trecho do Documento da Prefeitura referente à doação do terreno.

A Câmara Municipal de Ituiutaba decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica autorizada a doação pela Prefeitura Municipal de Ituiutaba à Fundação da Universidade do Triângulo Mineiro e à Associação Comercial e Industrial de Ituiutaba, para destinação específica ao “Campus” Universitário daquela e da Escola de Administração de Empresas de Ituiutaba. [...]

Art. 3º - Do imóvel descrito no art. 2º desta lei destinam-se [...] 8.000m² à Associação Comercial e Industrial de Ituiutaba [...].

O projeto da construção do prédio ficou a cargo do arquiteto ituiutabano Martiniano Ribeiro Muniz que, ao elaborar tal empreendimento, estaria doando à Instituição um montante no valor de Cr\$ 9.000,00, na elaboração do projeto. Para sua execução, a Escola contou com a empresa “Seu lar”.

Dessa forma a escola passou a funcionar no seu prédio próprio em 12/08/1972, no Campus Universitário. De início sua estrutura física contava com 04 amplas salas de aula, cantina, 02 banheiros completos, sendo um feminino e um masculino e uma área para o intervalo. Contudo, foi imprescindível o trabalho de todos os envolvidos para angariar recursos financeiros para dar continuidade e ampliar as instalações da escola. Foram realizadas campanhas junto às empresas comerciais e industriais para tal intento. A ACII recebeu da Prefeitura a doação de Cr\$46.228,00, correspondente a Ações da CEMIG, conforme Lei Nº 1512 de 27/04/1972, as quais foram vendidas e com o dinheiro arrecadado foram adquiridas 280 carteiras individuais, com estrutura de aço e tampo de madeira revestido com fórmica, 4 mesas para professores e 4 cadeiras.

Com recursos próprios a escola adquiriu 1 máquina de escrever “Olivetti”, 1 aparelho de contabilidade, 2 mesas de aço para máquina de escrever, 1 mesa de aço modelo “secretária”, 1 jogo de sofá contendo 3 peças, 1 fichário; estante de madeira revestida em fórmica; 1 estante de aço para a biblioteca; 1 aparelho retroprojeto; 1 mimeografo; 1 enceradeira. Parte do dinheiro para a compra do retroprojeto foi doada pelos professores Dr. Rafael Eugênio de Azeredo Coutinho e Dr. David Cury Hanna, este último doou ainda um balcão de madeira revestido com fórmica (ATA DA EAEI, 1972).

No dia 12/08/1972 tiveram início as aulas da Escola no campus universitário, em 1975. Por

meio do Decreto Presidencial nº 76.159 a escola garantiu seu reconhecimento, tanto da instituição como também de seu curso superior. Para firmar tal conquista, a faculdade buscava estar sempre se adequando às novas exigências do Conselho Federal de Administração e em contrapartida formava profissionais capacitados para atender às necessidades do mercado. A biblioteca da EAEI recebeu da Prefeitura de Ituiutaba uma dotação financeira no valor de Cr\$ 15.000,00 por indicação do Vereador Geraldo Alves Tavares. Com esse valor recebido e com recursos próprios foi possível organizar a biblioteca obtendo mais de 400 volumes contendo assuntos especializados. Em março de 1972, a biblioteca passou a funcionar provisoriamente na sede urbana do Ituiutaba Clube, no primeiro andar, em uma sala cedida exclusivamente para o seu funcionamento.

Como relatado em ata, a escola teve que alterar seu regimento interno para se adequar às novas exigências do Conselho Nacional de Educação e do Desporto. Por iniciativa do diretor Pedro Netto e autoridades da ACII e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, além destas Instituições “toda e qualquer Escola de nível Superior a ser criada nesta cidade terá obrigatoriamente que ser instalada na área do Campus Universitário, conforme ficou instituído pela lei 1389 de 24/02/1971 e sancionado pelo prefeito Álvaro Otávio Macedo de Andrade” (ATA DA ACII, 1971).

O Departamento de Pesquisa da EAEI (DEPAD) deu início em suas atividades provisoriamente, em anexo à biblioteca da Escola em 15/07/1971. Foi nomeado para dirigi-lo o prof. David Cury Hanna, o qual prontamente abraçou a causa para concretizar a criação do DEPAD, abrindo mão até mesmo da remuneração, como diretor do referido departamento. O DEPAD funcionava com três alunos bolsistas do 2º ano de Administração e para a elaboração de seus estatutos houve a colaboração dos seguintes professores: Hélio Benício de Paiva, David Cury Hanna e Rafael Eugênio de Azevedo Coutinho. Faria parte do projeto da diretoria a ampliação do departamento com professores de tempo parcial se dedicando aos projetos de pesquisa e à disposição dos alunos. Para o exercício de 1972 contaria com uma dotação financeira no valor de Cr\$ 40.000,00 oriunda do poder público Municipal.

Em prol de melhorias para o curso, a EAEI criou o Conselho Departamental, constituído por profissionais que foram indicados por outros professores e empossados no dia 02/01/1973. Outra pauta posta em evidência foi em relação ao estágio obrigatório que os alunos do 4º ano teriam que realizar no ano subsequente. Discutiram sobre as dificuldades que os alunos teriam em sair das empresas nas quais trabalhavam para estagiarem em outras. Mas o professor Dr. Rafael Eugênio A. Coutinho considerou que os alunos poderiam fazer os estágios nas próprias empresas onde trabalham, desde que fossem supervisionados pelos respectivos professores, ficando obrigados a apresentarem

um relatório mensalmente.

A proposta para o estágio foi aceita pelos professores e alunos, pois assim poderiam cumprir as normas estabelecidas para a conclusão de curso e não prejudicariam o trabalho. Para oportunizar aos alunos a vivência na prática foram firmados convênios com o Banco da Amazônia S/A e Delegacia Regional da Fazenda para receber os alunos estagiários da escola. Apesar de vários convênios firmados entre as escolas e as empresas, os alunos encontravam dificuldades de encontrar empresas “abertas” para os receberem. Para que fosse firmado convênio entre a escola e a empresa era necessário que as empresas observassem os seguintes requisitos e remetessem à secretaria da escola as informações seguintes informações: duração do estágio coincidindo com o calendário acadêmico; valor da bolsa oferecida pela empresa; compromisso da empresa de fazer para os estagiários seguro de acidentes pessoais ocorridos no local do estágio; horário do estágio.

Na reunião do dia 27/06/1974 foram postas em evidência as metas para a nova diretoria: construção de outro bloco para o aprimoramento do curso e a necessidade de promover a participação de forma efetiva dos discentes nos assuntos da congregação, debates e palestras acadêmicas. Foi cogitada ainda a possibilidade de criar novos cursos ligados à escola, em especial o Curso de Ciências Contábeis em nível superior. Essa ideia foi recebida com muito entusiasmo por todos os presentes, os quais se prontificaram a participar de todo o processo (ATA DA DA EAEI, 1974).

Não obstante, os alunos que ingressavam nas empresas como estagiários já estavam sendo recrutados para os cargos que lhes competiam, profissionais em administração. Assim esses alunos se destacavam no mercado de trabalho. Tal feito foi justificado pelo diretor pelo fato de terem criado a Cadeira de Prática Profissional que veio a calhar com a necessidade do momento, pois “acredita que o estágio supervisionado realizado com assistência técnica é a porta para o ingresso, na empresa” já que “existe um conflito permanente entre a teoria e a prática”, (ATA DA EAEI, 1974), no mesmo documento ponderou o diretor, destacando que

O problema na formação de bacharéis em Administração é a qualidade da base fornecida, seu pragmatismo e o treinamento profissional, antes de ingressar na competição pelo mercado de trabalho. Com a finalidade de colaborar para o equacionamento do problema, torna-se necessário criar a cadeira de prática profissional.

O professor responsável pela cadeira de Prática Profissional seria remunerado de forma que deveria se dedicar de maneira exclusiva, não podendo exercer outras atividades. Para tanto, se fazia

necessário que esse profissional agregasse a base necessária das diversas especializações e que conhecesse muito bem a “organização”.

Para construir um novo bloco na EAEI foi criada uma comissão cuja finalidade era angariar recursos financeiros para alcançar tal objetivo, para isto a Comissão Pró Construção, como era conhecida, proferiu palestras em rádios, jornais e clubes de serviço. Com a importância arrecadada e com o empréstimo aprovado pelo Conselho Departamental foi possível dar início a uma construção de 96 metros quadrados, onde seria instalada a biblioteca da Escola (ATA DA EAEI, 1975).

Percebe-se, por meio da promulgação da Lei nº 4.769, que nesse período a profissão do administrador, mesmo que os profissionais tivessem cursado o ensino superior, era ainda vista pelas instâncias governamentais como mão de obra especializada e técnica. Por iniciativa da diretoria foi realizada em outubro a 1ª Olimpíada Acadêmica, participando da mesma os alunos dos cursos de Filosofia, Engenharia e Administração de Empresas. Foi campeã a Escola de Administração de Empresas (ATA DA EAEI, 1975).

Durante a reunião o Diretor informou ao corpo docente que a escola disporia no seu orçamento de verba satisfatória para que os mesmos pudessem participar de cursos e especializações. Contudo, os professores, tanto os titulares como os professores assistentes, deveriam aproveitar a oportunidade, pois o ensino exigia renovação e os planos de curso deveriam ser renovados.

Em reunião no ano de 1976, o diretor apresentou a todos os presentes o processo que solicitava aos órgãos competentes autorização para o funcionamento do Curso de Ciências Contábeis. Essa documentação seria encaminhada em abril do mesmo ano. A escola já havia iniciado as obras para instalação do mesmo, concretando a laje da 3ª etapa de construção destinada ao curso (ATA DA EAEI, 1976).

Outro assunto posto em destaque durante essa reunião foi o fato de que a escola não possuía dotação de recursos financeiros para dar continuidade na construção de outra ala na escola, contudo contou com efetiva colaboração do DANIM que, por meio de “eventos” sociais pôde arrecadar uma significativa quantia em dinheiro, cuja receita foi doada para a escola e revertida na compra de materiais de construção. Entretanto, somente por meio de um empréstimo bancário realizado na agência local da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, no valor de Cr\$ 75.000,00, é que foi possível a construção de uma área de 354m² que seria destinada à instalação do Curso de Ciências Contábeis.

Como durante essa reunião foram abordados diversos assuntos importantes para o bom funcionamento da Instituição, podemos enfatizar o calendário escolar, que de acordo com informações contidas em ata, informava que o mesmo obedeceria às normas previstas pelo Conselho Federal de Educação. Não haveria aulas nos feriados municipais, religiosos e datas nacionais nos termos da legislação em vigor. Não haveria aula também no dia do administrador, bem como não se tinha aulas nas Escolas de Administração de todo o país.

Após o reconhecimento do curso de Administração pelo Conselho Federal, a escola passou a receber em suas instalações inspeção mensal, por meio de um representante que ficaria a cargo de realizar esse trabalho de inspeção. No entanto, a Delegacia Regional do MEC-DR- 4 determinou, pela portaria nº 066 de 01/09/1976, o afastamento de todos os seus técnicos em assuntos educacionais das Instituições de Ensino Superior. A partir desse momento, a presença do MEC pela Delegacia, junto às escolas de nível superior, seria realizada por meio de comissões volantes, compostas pelos mesmos técnicos em ações conjuntas, atuando em todas as escolas e cursos.

Nas faculdades já não caberiam os termos de Inspetor e Inspeção. Foi exatamente no dia 28/09/1976 que a escola recebeu a primeira comissão designada para assistência e orientação técnica. Faria parte dessa primeira comissão de Assuntos Educacionais na EAEI José Rocha de Castro (matrícula nº 1.673.110); Fernando Gabarra Primavera (matrícula nº 2.053.848) e Marcílio Fernandes de Oliveira (matrícula nº 1676.902).

Em virtude do parecer favorável da comissão em relação ao funcionamento global e específico da escola, o próprio foi inscrito na íntegra para que todos pudessem ter conhecimento do referido documento. Por meio desse parecer é possível conhecer um pouco do espaço físico da instituição na referida época: “Termo de Visita da Comissão Volante”. Designados pela Portaria nº 93.

Em 1976, o diretor da escola procurou protocolar no Conselho Federal de Educação o processo de autorização do Curso de Ciências Contábeis. Mas não foi possível por ordem do Ministério da Educação e Cultura. Os processos de autorização se encontravam paralisados, deste modo o Conselho Federal de Educação não estava recebendo processos de autorização e aguardava novas instruções. Contudo, com muito empenho, a documentação foi protocolada sob o nº 001310, no dia 17/07/1977. Restava dar continuidade aos trabalhos que estavam sendo desenvolvidos enquanto aguardavam a decisão do Governo Federal quanto à aprovação do Curso (ATA DA EAEI, 1977).

A escola concluiu a construção de uma área de 450m², destinada à instalação da Secretaria, Tesouraria, Biblioteca, Diretoria e Salas de Aula, objetivando instalar o Curso de Ciências Contábeis.

Todavia fez-se necessário contrair um empréstimo no valor de Cr\$ 60.000,00 (sessenta mil Cruzeiros). Vale salientar que a situação financeira da escola naquele dado momento era muito boa, visto que procurava manter um equilíbrio entre a receita e as despesas. Para isso, a escola não realizava despesas extraordinárias, preocupando-se em manter a anuidade do curso acessível a todas as classes sociais.

Ao realizar reunião ordinária da Congregação, foi feita eleição dos chefes de departamentos, ficando assim instituído: para 1º chefe do Departamento, Professor Vanderli Anacleto de Campos - 2º Professor Benedito Santana; para o 2º Departamento foi eleito chefe o Professor Dailzo Granieri Mantovani e em 2º lugar o Professor Silvio Neves da Silva; para o 3º Departamento ficou decidido que o Professor Iderlindo Joaquim Luzia assumiria o 1º lugar e o Professor Pedro Franco Dutra o 2º Lugar; para o 4º Departamento foram eleitos os professores Gerson Abrão e Márcia Fratari Majadas com empate nos votos. Foi decidido também, durante essa reunião, que juntamente com o vice-diretor, os chefes de departamentos deveriam elaborar o novo regimento englobando Administração e Ciências Contábeis (ATA DA EAEI, 1979).

No início do ano letivo de 1980, o diretor da escola, Professor Francisco Rangel, recebeu todos os professores e representantes do corpo discente com muitas expectativas para o ano vindouro enfatizando grandes acontecimentos para a melhoria da escola, como por exemplo: a remodelação do prédio; asfalto que sairia em breve e que iria melhorar significativamente o local da escola e ainda mostrou que estava muito satisfeito com uma quadra que estaria em projeto de construção, para isto contaria com a ajuda da Prefeitura. Esse projeto vinha ao encontro com os anseios dos jovens estudantes e do Professor de Educação Física que tanto batalhou para conseguir esse espaço (ATA DA EAEI, 1980).

No transcorrer dessa reunião, um dos assuntos novamente posto em pauta foi a necessidade de elaborar outro regimento para o curso de Administração junto com o de Ciências Contábeis, já que muito em breve sairia a aprovação para o funcionamento do curso. Foi solicitada também a elaboração de outro regimento para o Diretório Acadêmico. Em 14 de Julho de 1980 foi apresentado a todos os presentes o modelo do regimento que se aprovado regulamentaria não somente o Curso de Administração como também o Curso de Ciências Contábeis; o qual foi aprovado por todos.

A reunião do dia 23/12/1980 tratava das expectativas sobre a criação do curso de Ciências Contábeis que estaria em andamento, sendo cumpridas as primeiras diligências. Outra questão men-

cionada foi a notícia da subvenção do MEC que a escola receberia no valor de Cr\$ 800.000,00 (Oitocentos Mil Cruzeiros). A Escola adotaria para os próximos anos o sistema de computadores, o que facilitaria todos os trabalhos da instituição.

Várias foram as decisões tomadas na reunião do dia 17/03/1983. Podemos citar que a direção da escola se recusava a aplicar no corrente ano o texto regimental anterior, em vigor desde 1970, ano do início de funcionamento do curso, elaborado em 1968. Até então se alteravam apenas alguns artigos para adequação às leis em vigor de cada momento. Nesse sentido, em reunião de 14/07/1980, o texto regimental da escola passou por atualização e adequação à legislação de ensino superior ora em vigor. Nesse mesmo período o novo texto regimental havia sido elaborado e encaminhado pela direção da escola, juntamente com a Diretoria da Entidade Mantenedora para o Conselho Federal de Educação. No novo regimento se manteve o dispositivo aprovado em 1980, que dispunha sobre a recondução do diretor no cargo (ATA DA EAEI, 1983).

Durante a reunião do dia 27/12/1983, a Diretora da escola fez a leitura da Portaria do MEC nº 489, publicada no Diário Oficial de 15/12/1983, seção I, página 21056, que alterava o nome da escola. Assim, a diretora consultou a todos se também iria se aplicar a mudança da logomarca da escola. Houve a manifestação dos presentes que até então não entendiam o significado do símbolo da Escola. Dessa forma, a escola deixaria sua denominação de Escola de Administração de Empresas de Ituiutaba - EAEI e passaria a ser denominada Escola Superior de Ciências Administrativas de Ituiutaba - ESCAI.

O Curso foi ganhando prestígio e, aos poucos, sendo reconhecido regionalmente. Foi recebendo alunos das cidades vizinhas, de algumas cidades do Estado de Goiás, de São Paulo, do Distrito Federal e de Belo Horizonte, abrangendo assim não só os estudantes da cidade, mas também de toda a região do Pontal e demais localidades do Brasil.

Considerações Finais

Ao investigar os fatos que abarcam a história da Escola de Administração de Empresas de Ituiutaba (EAEI), é possível entender que a mesma surgiu em um contexto no qual o povo brasileiro vivia sob o comando do “regime militar”, período este em que havia grande repressão, violência e as vozes da oposição eram silenciadas. Nesse momento não era interessante para aquele ‘governo’ desenvolver políticas públicas que visassem à expansão do ensino superior no país, afinal não havia nem mesmo interesse em oferecer ao povo uma educação de qualidade, para consequentemente facilitar o domínio dos mesmos.

Discorrer sobre a trajetória da EAEI remete à importância do ensino superior para o desenvolvimento da cidade de Ituiutaba e região. Nesse sentido, para a concretização deste trabalho foi necessário não apenas a visita da história da instituição, como também foi preciso buscar informações em nosso contexto histórico para a compreensão da realidade local.

Nesse contexto, no qual a Escola de Administração foi criada, as políticas governamentais implantadas atendiam ao processo de desenvolvimento industrial, desta forma o tecnicismo era incentivado pelo governo na tentativa de expandir a economia do país. Contudo, eram necessários investimentos nas diversas localidades do Brasil, assim, o governo ditador incrementava e investia no ensino técnico, com o intuito de atender às necessidades do mercado, fornecendo apoio aos grandes empresários, que já possuíam condições financeiras, que por sua vez aperfeiçoavam ainda mais seus ganhos. Destacou-se nesse período a chamada era do tecnicismo, que visava à formação de mão de obra especializada e de baixo custo.

Muito embora a EAEI estivesse inserida nesse processo amplo pensado pela ditadura, resgatou-se parte dos fatos desta instituição de ensino superior privada. Pelos registros é possível afirmar que sem a participação dos setores privados locais, representados pela Associação Comercial da época, a instituição certamente não existiria. A implantação da Escola Superior contou ainda com outras instituições parceiras que a apoiaram de forma direta e indireta.

A instituição, desde sua criação e consolidação com o espaço físico e expansão da turma, apresentou uma caminhada constante e talvez não na velocidade desejada, mas consolidou-se conquistando confiança e credibilidade, contribuindo socialmente para que os concluintes do 2º grau da região do Pontal contassem com a oportunidade de ingressarem em um curso superior, visto que essa realidade só era presente para aqueles que tinham condições de migrarem para cidades em que os cursos superiores eram oferecidos.

A inferência que se pode perceber ao analisar toda essa história é que a motivação inicial por parte do governo não era em si ofertar educação de qualidade, mas atender aos próprios interesses. No entanto, os atores envolvidos se preocuparam em estruturar o currículo e garantir uma formação abrangente aos estudantes da época. O histórico apresentado deixa bem clara a preocupação por meio da implantação do estágio.

Para Cunha, citado por Paixão (2010), apesar da existência da organização para o estabelecimento de cursos superiores no Brasil, esta não descendeu do ideário jesuítico que se originou na colônia, mas foi resultado da multiplicação e diferenciação das instituições criadas no início do século

XIX, quando atribuído ao Brasil o status de Reino Unido a Portugal e Algarve. Entendemos que a história da educação brasileira vem sendo objeto de investigação que a toma como totalidade viva, empiricamente dada, formulada pela análise. Algumas relações iluminam determinados aspectos da realidade investigada, pensada teoricamente mediante categoria simples, porém de forma segura, tendo em vista que toda documentação pesquisada encontrou-se na instituição.

A educação superior brasileira passou por diversos estágios, os quais podem ser retratados em diferentes períodos do nosso contexto regional, que, por sua vez, diferenciam-se por características sociais, políticas e culturais de acordo com cada época. Por tudo isso, os fatos percorridos nos revelam que a garantia do ensino superior em Ituiutaba foi consequência do trabalho de um grupo de empresários que tinham seus interesses particulares nesta obra, mas que também contaram com amplos setores da comunidade não somente local, mas de outras regiões para que fosse concretizada a escola.

Enfim, a realização deste trabalho não foi tarefa fácil, uma vez que para entendermos o nosso presente é necessário que compreendamos o nosso passado. Assim sendo, para entendermos o cenário educacional vigente é necessário conhecermos suas raízes não no sentido de apenas constatarmos e fazermos apologia ao passado, mas com o intuito de apreender todo esse contexto, visando à transformação possível. Nesse sentido, a busca pela escrita da história dessa instituição pioneira, no município de Ituiutaba, nos revelou o cunho de sua importância e, de certa forma, formatou a cultura universitária superior da região durante o século XX, com base na ideologia privatista. É certo que essa instituição, atuante por mais de quarenta anos na região, contribuiu, sobretudo, para o desenvolvimento do mundo dos negócios no Pontal Mineiro, marcando a história de Ituiutaba e região.

Referências

- ARANHA, M. L. A. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1989.
- COELHO, S. S.; VASCONCELOS, M. C. C. **A criação das instituições de ensino superior no Brasil: o desafio tardio na América Latina**, 2009. Disponível em: <http://www.repositorio.ufsc.br>. Acesso em 13 mar. 2013.
- CUNHA, L. A. **Educação e desenvolvimento Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1980.
- CUNHA, L. A. **A universidade temporã**. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1986.
- FÁVERO, M. L. A. **A universidade brasileira em busca de sua identidade**. Petrópolis: Vozes, 1977.

- GATTI JR., D.; INÁCIO FILHO, G. (Orgs.). **História da educação em perspectiva**: ensino, pesquisa, produção e novas investigações. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2005.
- ITUIUTABA. ACII - Associação Comercial e Industrial de Ituiutaba. **Livro de atas. Ata de reunião de 27 de setembro de 1968**. Manuscrita. 100 f. Arquivo da ACII.
- ITUIUTABA. ACII - Associação Comercial e Industrial de Ituiutaba. **Livro de atas. Ata de reunião de 30 de dezembro de 1971**. Manuscrita. 100p. Arquivo da ACII.
- ITUIUTABA. EAEI - Escola de Administração de Empresas de Ituiutaba. **Livro de atas. Ata da reunião de 30 de dezembro de 1972**. Manuscrita. 100 f. Arquivos da Faculdade Triângulo Mineiro.
- ITUIUTABA. EAEI - Escola de Administração de Empresas de Ituiutaba. **Livro de atas. Ata da reunião de 27 de junho de 1974**. Manuscrita. 100 f. Arquivos da Faculdade Triângulo Mineiro.
- ITUIUTABA. EAEI - Escola de Administração de Empresas de Ituiutaba. **Livro de atas. Ata da reunião de 05 de março de 1975**. Manuscrita. 100 f. Arquivos da Faculdade Triângulo Mineiro.
- ITUIUTABA. EAEI - Escola de Administração de Empresas de Ituiutaba. **Livro de atas. Ata da reunião de 30 de dezembro de 1975**. Manuscrita. 100 f. Arquivos da Faculdade Triângulo Mineiro.
- ITUIUTABA. EAEI - Escola de Administração de Empresas de Ituiutaba. **Livro de atas. Ata da reunião de 04 de março de 1976**. Manuscrita. 100 f. Arquivos da Faculdade Triângulo Mineiro.
- ITUIUTABA. EAEI - Escola de Administração de Empresas de Ituiutaba. **Livro de atas. Ata da reunião de 30 de dezembro de 1977**. Manuscrita. 100 f. Arquivos da Faculdade Triângulo Mineiro.
- ITUIUTABA. EAEI - Escola de Administração de Empresas de Ituiutaba. **Livro de atas. Ata da reunião de 23 de dezembro de 1979**. Manuscrita. 100 f. Arquivos da Faculdade Triângulo Mineiro.
- ITUIUTABA. EAEI - Escola de Administração de Empresas de Ituiutaba. **Livro de atas. Ata da reunião de 15 de março de 1980**. Manuscrita. 100p. Arquivos da Faculdade Triângulo Mineiro.
- ITUIUTABA. EAEI - Escola de Administração de Empresas de Ituiutaba. **Livro de atas. Ata da reunião de 17 de março de 1983**. Manuscrita. 100 f. Arquivos da Faculdade do Triângulo Mineiro.
- LE GOFF, J. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão. Campinas. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1990.
- LOPES, L. H. F. Faculdade Triângulo Mineiro: 40 anos de ensino superior de qualidade no Pontal do Triângulo Mineiro. **Revista Projeção**. Ituiutaba, ed. 21, p. 10-11, dez. 2008.
- MARTINS, A. C. P. Ensino Superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Revista Acta Cirúrgica Brasileira**, v. 17 (Suplemento 3), 2002.
- MATTOS, P. L. C. L. **As universidades e o governo federal**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1983. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-86502002000900001. Acesso em 14 abr. 2017.
- OLIVEN, A. C. **A educação superior no Brasil**. Porto Alegre: IES, 2002.
- PAIXÃO, C. F. **Educação superior no Brasil**: diferentes fases, outras características. FURG/Brasil, 2010.
- ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil (1930/73)**. Petrópolis/UFMG: Vozes, 1976.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Ensino Superior Público e Particular e o Território Brasileiro**. Brasília: ABMES, 2000.

SOARES, M. S. A. **Educação Superior no Brasil**. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002.

TEIXEIRA, A. **Educação e universidade**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998.

VEIGA, C. G. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

Recebido em: 01/09/ 2016.

Aceito em: 21/02/ 2017.